



# Crise ecológica e alternativas sistêmicas: ecossocialismo e aspectos da ecologia marxista

**Palavras-chave:** ecossocialismo; ecologia marxista; crise ecológica

**Autores:**

**Giulia Fontes Franco (IE/UNICAMP)**

**Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto (orientador) (IE/UNICAMP)**

---

## INTRODUÇÃO

A emergência das atividades humanas como força capaz de impactar a dinâmica do Sistema Terra é um fenômeno de ocorrência relativamente recente e, em termos de magnitude, alcance espacial e velocidade, as mudanças atuais, induzidas de forma antrópica, não têm precedentes (STEFFEN *et. al.*, 2004). A partir de meados do século XX, exacerbando substancialmente as tendências socioeconômicas e de alterações no Sistema Terra desde a Revolução Industrial, verifica-se uma transformação ainda mais rápida e pervasiva na relação entre as atividades humanas e os processos desse sistema, a qual foi denominada Grande Aceleração (STEFFEN *et. al.*, 2004; STEFFEN; CRUTZEN; MCNEILL, 2007).

Tamanha intensidade dessa transformação admite, ainda, a percepção de que uma nova época geológica se iniciou, o Antropoceno. As discussões e análises em torno dessa questão levaram a uma votação vinculativa, em maio de 2019, na qual a maioria do *Anthropocene Working Group* (AWK), da *International Commission on Stratigraphy* (ICS), aprovou o estabelecimento do início dessa época em meados do século anterior – ainda sujeito a um processo de formalização e ratificação (ANGUS, 2015; 2020; AWK). Para além de sua concepção como unidade de tempo geológico (cronoestratigráfica), que se seguiria ao Holoceno (iniciado há cerca de 11.700 anos), o Antropoceno tem sido um conceito central nas discussões sobre a mudança global, designando a vigência, amplamente reconhecida, de um período em que os humanos têm influência decisiva no estado, na dinâmica e no futuro do Sistema Terra (ANGUS, 2015; 2020; AWK).

Nesse cenário, diante do risco que pressões e choques de origem antrópica podem representar à estabilidade do Sistema Terra, a abordagem das “fronteiras planetárias” visa definir um espaço operacional seguro para o desenvolvimento das sociedades a nível global, considerando a resiliência do sistema a essas perturbações e com base no princípio de precaução (STEFFEN *et. al.*, 2015a). Nota-se que essas fronteiras já foram ultrapassadas no que tange aos fluxos biogeoquímicos, às mudanças no sistema de terra, à integridade da biosfera e às mudanças climáticas, denotando maiores riscos e incerteza (STEFFEN *et. al.*, 2015a). Como destacam Steffen *et. al.* (2004), os efeitos das atividades antrópicas no Sistema Terra são múltiplos, complexos e interativos, e podem desencadear, inadvertidamente, consequências catastróficas, com implicações para a própria vida humana.

Nesse sentido, o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) coloca que é inequívoco que a influência humana aqueceu a atmosfera, o oceano e a terra, destacando que mudanças rápidas e generalizadas na atmosfera, no oceano, na criosfera e na biosfera ocorreram (IPCC, 2021). De acordo com o IPCC (2021), as mudanças climáticas induzidas pelos humanos já estão afetando muitos extremos de tempo e clima em todas as regiões do mundo, e muitas mudanças decorrentes das

emissões de gases de efeito estufa já são irreversíveis para séculos a milênios. Seu relatório ainda aponta que o estado atual de muitos aspectos do sistema climático e a escala de suas alterações recentes não têm precedentes em muitos séculos a muitos milhares de anos (IPCC, 2021).

Cabe ressaltar, segundo o IPCC (2014), que as contribuições passadas e futuras para a acumulação de gases de efeito estufa na atmosfera variam entre países, assim como suas capacidades de mitigação e adaptação, sendo que muitos dos mais vulneráveis às mudanças climáticas têm pouca contribuição para essas emissões. Os riscos decorrentes das mudanças climáticas também são distribuídos de forma desigual e geralmente maiores para pessoas e comunidades menos favorecidas (IPCC, 2014). No caso do aumento da saúde precária, dos problemas de saúde induzidos pelas mudanças climáticas, é esperado que isso ocorra especialmente nos países considerados em desenvolvimento de baixa renda (IPCC, 2014). Ademais, Steffen *et. al.* (2015b) destacam que, apesar de o maior crescimento populacional desde 1950 ter se dado nos países que não são parte da OCDE, a economia mundial e o consumo ainda são fortemente dominados pelos países dessa organização.

Diante da grave crise ecológica em curso e da urgência de seu enfrentamento, se faz necessário, primeiramente, compreender seus fundamentos. Nesse sentido, diversas contribuições inspiradas nos trabalhos de Marx e na literatura marxista subsequente têm destacado a íntima conexão entre a deterioração da natureza e a emergência, consolidação e espraiamento do sistema capitalista. Assim, Foster, Holleman e Clark (2019) afirmam que não se pode ter dúvida sobre a principal força por trás dessa emergência planetária: a expansão do sistema capitalista a nível mundial, sobretudo desde meados do século XX. O capital configura uma relação social que governa a forma pela qual os seres humanos se reproduzem materialmente em boa parcela do globo, subordinando-a à expansão ininterrupta da riqueza privada sob forma monetária. Assim, o capitalismo pode ser definido como um sistema fundado na exploração de classe e em conformidade com as leis de movimento impostas pela concorrência de mercado, que não reconhece limites para sua expansão (FOSTER; HOLLEMAN; CLARK, 2019), entre os quais, aqueles colocados pelo próprio Sistema Terra.

Como destaca Foster (2011), a crença na possibilidade de criação de um novo capitalismo verde, climático, natural, de modo que o sistema passe de inimigo do meio ambiente a seu salvador, parece resultar de uma incompreensão dos extremos perigos que o capitalismo inerentemente representa à natureza, inclusive aos seres humanos. Nesse contexto, observa-se reiteradas falhas das tentativas internacionais, como o Protocolo de Kyoto e as conferências da ONU, em oferecer respostas efetivas e suficientes para o enfrentamento da crise ecológica (FOSTER, 2001; LÖWY, 2021), cujas extensão e profundidade só poderiam ser adequadamente compreendidas a partir de um ponto de vista informado pela crítica marxista do capitalismo (FOSTER, 2011). Assim,

[...] a abordagem materialista e metabólica de Marx, sua ênfase na contradição entre valor de uso e valor de troca e entre riqueza e acumulação, seu foco no desenvolvimento humano sustentável, e sua crítica do capital como um todo, fornece uma inestimável fundação metodológica para criticar a degradação ambiental contemporânea e vislumbrar transformação social e ecológica. (CLARK; FOSTER, 2010, p. 143, *tradução nossa*)

Nesse sentido, propõe-se a alternativa sistêmica do ecossocialismo, presente em vários movimentos contestatórios em âmbito mundial, também no Brasil, e que constitui um corpo teórico e uma corrente de ação, que coloca um horizonte revolucionário a ser construído desde o presente.

Diante do exposto, a iniciação científica em questão teve como objetivo analisar o que se tem denominado como ecossocialismo, sua fundamentação na ecologia marxista, e o modo que se apresenta como alternativa sistêmica relevante no contexto da crise ecológica atual, na perspectiva da construção de um novo paradigma de sociedade. Para isso, a pesquisa se baseou em revisão bibliográfica, buscando-se apreender os debates em torno do ecossocialismo e seus direcionamentos da questão ecológica, identificando suas premissas, principais discussões levantadas, conclusões e proposições para o futuro.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo que a crítica incisiva de Marx à degradação da natureza tenha influenciado fortemente alguns de seus primeiros seguidores, esse conhecimento foi se enfraquecendo no interior do movimento socialista, não identificando sua conformidade com as necessidades imediatas da luta social (BURKETT; FOSTER, 2016). Seria, então, com a aceleração das contradições ecológicas planetárias que o pensamento ecológico marxista começaria a reemergir de forma mais acentuada (BURKETT; FOSTER, 2016). Nesse sentido, Foster (2020) aponta o generalizado reconhecimento de Marx como importante contribuidor clássico do pensamento ecológico como um acontecimento histórico recente.

A partir da emergência do ecossocialismo como uma tradição distinta, podem ser identificados três estágios de seu desenvolvimento, com os quais se pretende representar mudanças particulares no foco do debate, mas não impor uma periodização linear na qual todo trabalho ecossocialista se encaixe por completo (HOLLEMAN, 2015). Apesar de os estágios se sucederem em seu surgimento, seus elementos característicos acabam coexistindo ao longo tempo (BURKETT; FOSTER, 2016; FOSTER, 2016).

Nas décadas de 1970 e 1980, diante da preeminência da teoria verde, surge o primeiro estágio do ecossocialismo, influenciado pela visão dominante à época crítica a Marx por sua concepção de natureza supostamente instrumentalista e sua falta de sensibilidade ecológica, e ao desempenho ambiental das sociedades de estilo soviético (FOSTER, 2016; 2020; BURKETT; FOSTER, 2016). Nesse sentido, ecossocialistas de primeiro estágio apontaram supostas falhas ecológicas na análise de Marx, seu caráter prometeico e produtivista, acusando Marx e o marxismo por relutar em reconhecer ou minimizar os limites naturais (FOSTER, 2020; BURKETT; FOSTER, 2016). Fatores nesse sentido teriam impedido o materialismo histórico de se desenvolver como teoria capaz de compreender crise ecológica, a qual esses ecossocialistas buscaram contemplar (FOSTER, 2020).

Assim, os ecossocialistas de primeiro estágio buscaram promover um “esverdeamento do marxismo”, adicionando teoria verde no marxismo ou até marxismo na teoria verde existente (FOSTER, 2000; 2020). Apesar de suas contribuições ao debate, Foster (2000) aponta que essas abordagens não representaram uma crítica genuína à teoria verde existente, uma passagem crítica através dela e sua transcendência, tampouco uma reexploração completa da análise marxista desde seu princípio, uma vez introduzida a natureza em questão, para criar uma síntese. Entre autores com trabalhos importantes para esse estágio, podem ser citados, por exemplo, James O’Connor, André Gorz, Ted Benton, Joel Kovel, Daniel Tanuro (FOSTER, 2016; BURKETT; FOSTER, 2016).

Os trabalhos e críticas apresentados pelos ecossocialistas de primeiro estágio encorajaram uma exploração mais profunda da crítica clássica de Marx e Engels à economia política, na busca pelas fundações de suas concepções ecológicas, o que culminou na ruptura rumo ao ecossocialismo de segundo estágio no final da década de 1990 (FOSTER 2016; 2020; BURKETT; FOSTER, 2016). Como dois trabalhos de grande relevância pertinentes ao ecossocialismo desse estágio, tem-se as obras *Marx and Nature* (1999), de Paul Burkett, e *Marx’s Ecology* (2000) de John Bellamy Foster.

Os ecossocialistas de segundo estágio redescobriram o caráter ecológico do materialismo histórico, revelando as profundezas ecológicas do pensamento marxista clássico e sua dialética das condições e crises socioecológicas, rejeitando muitas das visões dos ecossocialistas do estágio anterior (BURKETT; FOSTER, 2016; FOSTER, 2016). Como principais descobertas nesse estágio, Foster (2020) aponta a análise ecológica do valor, que fundamenta toda a crítica de Marx, assim como as teorias das duas crises ecológicas e da ruptura metabólica, ferramentas críticas que possibilitaram aplicação às condições ecológicas e sociais contemporâneas no terceiro estágio do ecossocialismo.

A análise ecológica do valor se baseia na distinção entre valor, cujo cálculo capitalista não inclui a natureza, e riqueza, composta, além do trabalho, pela natureza (FOSTER, 2020). Já quanto às duas crises ecológicas, cabe destacar que, para além da econômica induzida pela maior escassez dos chamados recursos naturais, que aumenta os custos do lado da oferta da economia, tem-se as crises ecológicas propriamente ditas, crises de desenvolvimento humano sustentável, que se reduzem à primeira (FOSTER, 2020). Os efeitos da acumulação nas condições ecológicas de desenvolvimento

humano não são registrados pela economia capitalista, mas externalizadas como custos à sociedade e à natureza, sendo essa externalização parte da lógica de valorização do capital, que se mantém em meio a esse segundo tipo de crise (FOSTER, 2020). Nesse sentido, se distinguem as condições naturais necessárias para a produção capitalista lucrativa das necessárias a uma produção ecologicamente sustentável capaz de apoiar o desenvolvimento humano (BURKETT, 2006; BURKETT; FOSTER, 2016).

Como aspecto central na crítica material-ecológica de Marx, tem-se a teoria da ruptura metabólica, em que o autor aponta para uma ruptura irreparável no processo interdependente do metabolismo social prescrito pelas leis naturais da vida (FOSTER, 2020). Coloca-se que “a relação humana com o que ele chamou de ‘metabolismo universal da natureza’ tomou a forma de um ‘metabolismo social’ representado pelo processo de trabalho” (FOSTER, 2020, p. 186, *tradução nossa*) no qual os humanos mediam, regulam e controlam seu metabolismo com a natureza (FOSTER, 2020). No capitalismo, o processo de trabalho, transformado em mero meio de expansão do capital, transpõe limites naturais e humanos, resultando em devastação ecológica (FOSTER, 2020). Como afirmam Burkett e Foster (2016, p. 146, *tradução nossa*), “o metabolismo social do capitalismo é crescentemente separado do metabolismo natural, produzindo rupturas metabólicas nos ciclos e processos naturais”.

Diante das rupturas sistemáticas do ciclo metabólico da Terra, que minam as condições impostas pela natureza ao desenvolvimento humano, seria necessário restaurar esse metabolismo em uma maior síntese social (FOSTER, 2020). Segundo os autores, essa teoria do metabolismo social alienado entre humanidade e natureza se tornaria base para entender as amplas mudanças necessárias para construção de uma sociedade socialmente justa e ecologicamente sustentável (BURKETT; FOSTER, 2016). Como coloca Fernandes (2020a), a crise ecológica em curso é uma crise metabólica.

Com essas contribuições, portanto, foi possível reconstruir de forma mais ampla a ecologia de Marx, com foco na relação entre sua concepção materialista da natureza e sua concepção materialista da história (FOSTER, 2020). Apesar do debate em torno das contribuições originais de Marx e Engels, a questão mais importante seria sobre o método que rege a ecologia histórico-materialista, capaz de influenciar a práxis no presente (BURKETT; FOSTER, 2016). Nesse sentido, Holleman (2019) aponta elementos centrais da abordagem metodológica de Marx que estariam sendo incorporados e contribuindo para as análises ecossocialistas de terceiro estágio: compromisso com o materialismo, abordagem dialética, preocupação com o uso apropriado da abstração, foco na especificidade histórica e compromisso político, com a mudança socioecológica.

Desse modo, o ecossocialismo de terceiro estágio, no período mais atual, leva cada vez mais essa perspectiva teórica para a práxis ecossocialista, explorando a crise planetária, reivindicando alternativas de ação imediatas e contribuindo para a emergência de um movimento ecológico mais revolucionário (FOSTER, 2016). A aplicação da dialética ecológica de Marx e Engels se faz presente em inúmeros trabalhos, que endereçam questões como imperialismo ecológico e intercâmbio ecológico desigual, mudanças climáticas, metabolismo das cidades, dos oceanos, uso de fertilizantes, saúde pública, sistemas alimentares, ecofeminismo, justiça ambiental, entre outros. (BURKETT; FOSTER, 2016; FOSTER, 2020). Verifica-se, assim, um movimento importante e crescente de desenvolvimento de teoria e práxis ecológicas marxistas (BURKETT; FOSTER, 2016).

Como destaca Fernandes (2020b), os impactos do capitalismo no ecossistema global não podem ser compreendidos sem uma profunda consideração da extração e do saque colonial, vinculados à dinâmica de dependência e exploração à qual países periféricos do sistema, como o Brasil, são submetidos até hoje. As classes trabalhadoras à margem do capitalismo, mais suscetíveis às consequências negativas da crise ecológica, e os movimentos sociais na luta por terra, território, proteção ambiental, soberania alimentar etc., como os latino-americanos, são elementos muito importantes a serem considerados na práxis ecossocialista (FERNANDES, 2020b). Considerando a visão ecossocialista de que classe e opressão são inseparáveis das condições ecológicas, Fernandes (2020b) aponta que é preciso agir nesse sentido, conectando lutas antirracistas, feministas, LGBTQI+, por autodeterminação dos povos, abolição penal, libertação animal e anti-imperialistas.

Por fim, pode-se dizer que “o ecossocialismo é uma corrente de pensamento e ação – ou seja, práxis – focada em superar a dicotomia entre humanos e natureza para promover uma síntese marxista ecológica que leve a uma estrutura emancipatória para a construção de uma sociedade global socialista” (FERNANDES, 2020a, p. 131). De acordo com Fernandes (2020), como alternativa sistêmica, o ecossocialismo, em suas sínteses, incorpora debates como decrescimento, transição justa, sustentabilidade, descarbonização, pós-extratativismo e bem-viver. O ecossocialismo corresponde a um novo paradigma de sociedade, “ecologicamente sustentável, socialmente justa e igualitária, cultural e etnicamente diversa, e política e radicalmente democrática” (MELO, 2007, p. 69), ao qual seriam necessárias transformações não apenas nas relações de produção e propriedade, mas na estrutura das forças produtivas, do aparelho produtivo, e no padrão de consumo vigentes (LÖWY, 2021).

## CONCLUSÕES

A atual crise ecológica planetária, em grande medida decorrente das transformações no Sistema Terra induzidas, de forma heterogênea, pelos seres humanos, coloca a necessidade urgente de ação para o seu enfrentamento. Diante da percepção de que a crise resulta da própria dinâmica do capitalismo global, com sua lógica de acumulação infinita inerente ao capital, se propõe a alternativa sistêmica do ecossocialismo. O surgimento do ecossocialismo, como corrente política fundamentada no marxismo, se dá em meio à intensificação das contradições ecológicas no capitalismo e à ascensão do movimento ambiental moderno, inicialmente incorporando a teoria verde emergente ao marxismo ou vice-versa. Com o passar do tempo, ecossocialistas se voltam à análise da clássica crítica da economia política de Marx e Engels e redescobrem suas fundações ecológicas, representando contribuições relevantes para pensar a crise atual, a partir de novos desenvolvimentos e com base na abordagem metodológica marxista. Como corrente de pensamento e de ação desde o presente, o ecossocialismo busca promover uma síntese entre as lutas contra opressão, para que se possa enfrentar a crise ecológica e criar condições para construir a sociedade ecossocialista a nível global.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ANGUS, I. When Did the Anthropocene Begin... and Why Does It Matter? *Monthly Review*, v. 67, n. 4, 2015.
- ANGUS, I. Facing the Anthropocene: An Update. *Monthly Review*, v. 72, n. 6, 2020.
- BURKETT, P.; FOSTER, J. B. Introduction. In: BURKETT, P.; FOSTER, J. B. *Marx and the Earth: An Anti-Critique*. Leiden; Boston: Brill, 2016. p. 1-56
- CLARK, B.; FOSTER, J. B. Marx's ecology in the 21<sup>st</sup> century. *World Review of Political Economy*, v. 1, n. 1, p. 142-156, 2010.
- FERNANDES, S. *Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa*. São Paulo: Planeta, 2020a. 192 p.
- FERNANDES, S. Ecosocialism from the Margins. *NACLA Report on the Americas*, v. 52, n. 2, p. 137-143, 2020b.
- FOSTER, J. B. Environmental Politics: Analyses and Alternatives. Special Issue of Capital and Class, n. 72. *Historical Materialism*, v. 8(1), p. 461-477, 2001a.
- FOSTER, J. B. Ecology Against Capitalism. *Monthly Review*, v. 53, n. 5, 2001b.
- FOSTER, J. B. The Ecology of Marxian Political Economy. *Monthly Review*, v. 63, n. 4, 2011.
- FOSTER, J. B. Marxism in the Anthropocene: Dialectical Rifts on the Left. *International Critical Thought*, v. 6, n. 3, p. 393-421, 2016.
- FOSTER, J. B. Ecology. In: MUSTO, M. (Ed.) *The Marx Revival: Key Concepts and New Interpretations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 177-196.
- FOSTER, J. B.; HOLLEMAN, H.; CLARK, B. Imperialism in the Anthropocene. *Monthly Review*, v. 71, n. 3, 2019.
- HOLLEMAN, H. Method in Ecological Marxism: Science and the Struggle for Change. *Monthly Review*, v. 67, n. 5, 2015.
- IPCC. Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2014: Synthesis Report*. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2014. p. 1-32.
- IPCC. Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press: no prelo, 2021. 41 p.
- LÖWY, M. Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 48-56, 2021.
- MELO, J. A. T. Aquecimento global, ecologismo dos pobres e ecossocialismo. *Política Democrática – Revista de Política e Cultura*, n. 19, Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007. p. 64-69.
- AWK. Working Group on the Anthropocene. *Subcommission on Quaternary Stratigraphy*. Disponível em: <http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>. Acesso em 25 ago. 2021.
- STEFFEN, W. *et. al.* *Global Change and the Earth System: A Planet Under Pressure*: Executive Summary. Estocolmo: IGBP Secretariat, 2004. 40 p.
- STEFFEN, W.; CRUTZEN, P.; MCNEILL, J. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? *Ambio*, v. 36, n. 8, p. 614-621, 2007.
- STEFFEN, W. *et. al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science*, v. 347, n. 6223, p. 736, 2015a.
- STEFFEN, W. *et. al.* The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. *The Anthropocene Review*, v. 2(1), p. 81-98, 2015b.